

816198
109 CB 4

Alemães avaliam preservação ambiental

Coordenadora do PP-G7 elogia implantação dos projetos de proteção das florestas tropicais, mas lamenta falta de agilidade

Marcos Savini
Da equipe do Correio

Depois de anos de preparação e discussões, o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PP-G7) começa a apresentar bons resultados. A avaliação foi feita por Ursula Schäfer-Preuss, chefe da divisão para a América Latina do Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha — o país que mais investe em projetos de desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira.

Após uma semana conferindo o andamento dos projetos financiados pelo PP-G7, na Floresta Amazônica e na Mata Atlântica, ela ficou satisfeita com o que viu. Especialmente com o envolvimento das comunidades a quem os programas se destinam.

Mas nem por isso deixou de reclamar da falta de agilidade por parte do governo e dos órgãos brasileiros. "As vezes, falta coordenação entre os vários níveis da administração, há paralelismos (repetição desnecessária de esforços entre duas agências) e mal-entendidos", diz Ursula Schäfer-Preuss. "Mas isso é natural em um programa tão complexo", pondera.

Ursula Schäfer-Preuss veio a Brasília para encontrar-se com o ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause, na última quinta-feira. Durante a reunião, conversaram sobre as dificuldades em coordenar os vários órgãos brasileiros de alguma forma envolvidos com meio ambiente (Ibama, Funai e Inbra) com os vários níveis de governo (federal, estadual e municipal) e com os interesses das comunidades e de grandes ou pequenos proprietários de terra. "Os problemas interinstitucionais são

muito complicados. Nosso trabalho é harmonizá-los", comenta.

Por conta das preocupações dos funcionários brasileiros em relação a possíveis ameaças à soberania nacional, os programas não estariam andando tão rápido como os coordenadores do PP-G7 gostariam. "No Brasil, é difícil discutir e fazer as cabeças diplomáticas tomarem certas decisões sobre meio ambiente", lamenta Ursula Schäfer-Preuss.

Por outro lado, a alemã acredita que uma maior conscientização ecológica nas administrações brasileiras provocou um "grande dinamização" nos projetos do PP-G7 desde a última visita de um alto funcionário do Ministério de Cooperação da Alemanha, em janeiro de 1997. "Houve um desenvolvimento muito positivo", avalia.

EXEMPLOS

O PP-G7 é uma parceria entre o Brasil e o Grupo dos 7 (G-7), que reúne os países desenvolvidos — Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália e Japão. Foi criado oficialmente em 1992, tendo o chanceler alemão Helmut Kohl como pai da idéia. Tem o objetivo de incentivar projetos que sejam um exemplo de desenvolvimento sustentável na Amazônia; ou seja, que combinem exploração econômica e preservação do meio ambiente.

O programa é mantido pelo Fundo Fiduciário da Floresta Tropical, formado com recursos oferecidos pelos países do G-7 e administrado pelo Banco Mundial (Bird). Atingiu cerca de US\$ 58 milhões no final de 1996. Somado a financiamentos de países individuais, chega a US\$ 300 milhões. A Alemanha é, de longe, o maior contribuinte, com cerca de US\$ 124 milhões (comparado com US\$ 57 milhões da União Européia, US\$ 27 milhões do Brasil ou US\$ 7,5

Divulgação



Índios da tribo Waiápi (Amapá) trabalham na demarcação de sua reserva com o apoio do PP-G7. Outros 80 grupos indígenas serão financiados pelo programa

milhões dos Estados Unidos).

Até agora, cerca de 15% do total, US\$ 45 milhões, já foi liberado. Esse dinheiro patrocina desde grandes projetos federais ou estaduais — como a primeira Reserva Florestal Nacional em Tapajós —, até iniciativas apresentadas por comunidades e organizações não-governamentais (ONGs); como a criação de peixes por comunidades de pescadores em Abaetetuba (Pará).

A intenção é transformar os pro-

jetos financiados pelo PP-G7 em exemplos a serem seguidos nas políticas de meio ambiente dos governos federal, estaduais e municipais brasileiros.

Dentre os muitos programas do PP-G7, o mais adiantado é o do Projetos Demonstrativos, que apoia as iniciativas de ONGs e pequenas comunidades. Já foram aprovadas 97 propostas de desenvolvimento sustentável, 79 na Amazônia e 18 na Mata Atlântica. O valor total do fi-

nanciamento é de US\$ 13,5 milhões. Metade já foi aplicado.

Um exemplo de projeto bem-sucedido é o Reça, na fronteira do Acre e Rondônia. Com orientação e apoio do PP-G7, famílias de pequenos lavradores trocaram as lavouras de arroz e feijão, malélicas ao meio ambiente amazônico, pela exploração sustentável de frutos amazônicos (como pupunha e cupuaçu) que são vendidos no Rio de Janeiro.

Outro projeto em andamento é a criação de corredores entre as "ilhas" (restos de vegetação) de Mata Atlântica ao norte do estado do Rio de Janeiro, para garantir um habitat para o mico-leão dourado e impedir sua extinção.

O PP-G7 também financia a demarcação de 81 áreas indígenas. O programa entra com parte do financiamento, a Funai, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça com a logística.